



**FACULDADE CALAFIORI**

# COMPLEXIDADES E VARIAÇÕES DO BULLYING ESCOLAR

**AUTORA:** Viviane da Silva

**São Sebastião do Paraíso - MG  
2012**

# **COMPLEXIDADES E VARIAÇÕES DO BULLYING ESCOLAR**

**AUTORA: VIVIANE DA SILVA**

Monografia apresentada à Faculdade Calafiori – Calafiori, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Pós- Graduação em psicopedagogia Institucional.

Orientador: Rafael de Nuzzi Dias

**São Sebastião do Paraíso - MG  
2012**

*Quem teve a ideia de cortar o tempo em fatias, a que se deu o nome de ano, foi um indivíduo genial. Industrializou a esperança, fazendo-a funcionar no limite da exaustão. Doze meses dão para qualquer ser humano se cansar e entregar os pontos. Aí entra o milagre da renovação e tudo começa outra vez, com outro número e outra vontade de acreditar que daqui para diante vai ser diferente. (CARLOS DRUMMOND DE ANDRADE, apud CHALITA, 2003, p. 86).*

## **DEDICATÓRIA**

Dedico este trabalho de conclusão de curso a DEUS, Senhor Supremo de todas as coisas, que nos concedeu forças para superar os obstáculos, tornando este sonho uma realidade.

Aos familiares que iluminaram nossos caminhos com afeto, dedicação e paciência incentivando – nos a trilharmos sem medo e cheias de esperanças.

Aos orientadores que disponibilizaram do seu tempo para transmitirem os ensinamentos necessários na realização desta pesquisa.

## **AGRADECIMENTOS**

A realização deste trabalho só foi possível graças à colaboração direta e indireta de muitas pessoas. Nossa gratidão a todas elas e de forma especial:

Aos meus familiares e amigos, por existirem em minha vida.

Aos mestres, que se doaram em alma, emoção e transmitiram sabedoria, fica meu carinho, agradecimento, pela dedicação, incentivo e confiança.

# SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	8
1. O FENÔMENO DO <i>BULLYING</i> .....	11
1.1 Consequências do <i>Bullying</i> .....	14
1.2 Exemplo Atual e Consequência Brutal.....	18
2. O PAPEL DA FAMÍLIA E DA ESCOLA FRENTE AO <i>BULLYING</i> .....	20
2.1 Escola, família e sociedade.....	22
2.1.1 Relato de uma Escola – Prática Educacional na Formação da Cidadania.....	24
2.2 Relação entre família e escola: um importante laço no processo de uma identidade.....	27
3. O <i>BULLYING</i> E O ESTADO.....	25
3.1 Um caso de jurisprudência.....	25
3.2 O <i>Bullying</i> e o Estatuto da Criança e do Adolescente.....	26
3.3 As Violências que nos cercam: Escola e Família Juntas.....	31
3.4 A Cultura do <i>BULLYING</i> e Desrespeito na Escola.....	34
CONCLUSÃO.....	35
REFERÊNCIAS.....	37

## RESUMO

A violência praticada na escola, denominada *bullying*, tem sido considerada como um dos maiores problemas a serem enfrentados pelos profissionais da educação. Conceituado como um tipo de violência onde alguém oferece, conscientemente ou de forma repetida, algum tipo de dano ou desconforto a uma pessoa ou a um grupo de pessoas, através de atos de intimidação, ameaças, apelidos, insultos, comentários racistas entre outros que, sistematicamente, se transformam em violência física e/ou psicológica, é um fenômeno que pode acarretar sérias conseqüências ao desenvolvimento psíquico dos alunos, gerando desde a queda na autoestima até, em casos extremos, fazendo com que o aluno deixe de freqüentar a escola, prejudicando todo o seu desenvolvimento. Assim, diante da gravidade com que se apresenta essa realidade, o objetivo desse estudo é sistematizar, apresentar o histórico, as especificações, as complexidades e variações do *bullying escolar*, de modo a identificar, a partir de uma pesquisa bibliográfica, possíveis elementos apontados pela literatura que permitam relacionar estratégias de defesa e de aportes para o diagnóstico, a prevenção, a intervenção e a erradicação desse fenômeno no ambiente escolar.

**Palavras-chave:** Violência escolar, *Bullying*, Ambiente escolar.

## **ABSTRACT**

*The violence practiced in the school, called bullying, has been considered as one of the biggest problems to be faced for the professionals of the education. Appraised as a type of violence in the where somebody offers, or of form conscientiously repeated, some type of damage or discomfort to a person or a group of people, through acts of intimidation, racist threats, nicknames, insults, commentaries among others that, systematically, if they transform into physical and/or psychological violence, is a phenomenon that can cause serious consequences to the psychic development of the pupils, generating since the fall in auto-esteem until, in extreme cases, making with that the pupil leaves to frequent the school, harming all its development. Thus, ahead of the gravity with that if it presents this reality, the objective of this study is systemize, to present the description, the specifications, the complexities and variations of bullying pertaining to school, in order to identify, from a bibliographical research, possible elements pointed for literature that allow to relate defense strategies and of you arrive in port for the diagnosis, the prevention, the intervention and the eradication of this phenomenon in the pertaining to school environment.*

**Keywords:** *School violence, Bullying, School context.*



**Na primeira noite eles aproximam-se e colhem uma Flor do nosso jardim e não dizemos nada. Na segunda noite, Já não se escondem; pisam as flores, matam o nosso cão, e não dizemos nada. Até que um dia o mais frágil deles entra sozinho em nossa casa, rouba-nos a lua e, conhecendo o nosso medo, arranca-nos a voz da garganta. E porque não dissemos nada, Já não podemos dizer nada.  
(Vladimir Maiakóvski)**

## INTRODUÇÃO

Neste trabalho de pesquisa, realizou-se uma revisão e reflexão crítica da literatura científica pertinente sobre *bullying*, um tema que aparece cada vez mais no interesse de profissionais da educação e saúde. Por definição, compreende-se *bullying* como todas as atitudes agressivas, intencionais e repetidas, que ocorrem sem motivação evidente, adotadas por um ou mais estudantes contra outro(s), causando dor e angústia, sendo executadas dentro de uma relação desigual de poder (NETO, 2004).

Mesmo sendo um fenômeno antigo, o *bullying* mantém ainda hoje um caráter oculto, pelo fato de as vítimas muitas vezes não terem coragem suficiente para uma possível denúncia. Tal fenômeno pode ser manifestado em qualquer lugar onde existam relações interpessoais. Assim, considerando que a questão do *bullying* ultrapassa os limites da escola, consistindo-se como um grave problema social, e da importância que o fenômeno tem na vida escolar, essa pesquisa se justifica, pois, ao possibilitar a reflexão acerca das questões que envolvem esse tipo de violência, estará contribuindo, mesmo que modestamente, para o seu enfrentamento, visto que, a partir da compreensão de como se processa essa prática, será possível dimensioná-la e criar mecanismos para atuar sobre suas consequências (FANTE, 2005).

Segundo Pearce (1998), essa assimetria de poder associada ao *bullying* pode ser consequente da diferença de idade, tamanho, desenvolvimento físico ou emocional dos envolvidos, ou ainda do maior apoio dos demais estudantes.

O *bullying* e a vitimização representam diferentes tipos de envolvimento em situações de violência durante a infância e adolescência. O *bullying* diz respeito a uma forma de afirmação de poder interpessoal através da agressão. A vitimização ocorre quando uma pessoa é feita de receptor do comportamento agressivo de outra mais poderosa. Tanto o *bullying* como a vitimização têm consequências negativas imediatas e tardias sobre todos os envolvidos: agressores, vítimas e observadores (CRAIG, 2004).

As pesquisas sobre *bullying* são recentes e ganharam destaque a partir dos anos 1990, principalmente com Olweus (1993), Smith e Sharp (1994), Ross (1996)

e Rigby, (1996). Estudos indicam que a frequência de estudantes vitimizados varia entre 8 e 46%, e a de agressores entre 5 e 30% (NETO, 2004).

Estudiosos têm se preocupado em apontar as possíveis causas para os comportamentos de *bullying*, que incluem:

[...] além de fatores econômicos, sociais e culturais, o temperamento do indivíduo, às influências familiares, de colegas, da escola e da comunidade, às relações de desigualdade e de poder, tidas como naturais, a uma relação negativa com os pais e um clima emocional frio em casa e às relações de poder existentes no ambiente escolar. (FANTE; PEDRA, 2008, p. 45).

Salvador (2005) explica que o *bullying* tem uma clara conotação de perseguição e insistência, sendo que se destacam entre as características mais marcantes deste fenômeno a frequência e a duração prolongada dos atos, que levam a vítima a aceitar as insinuações e os abusos do agressor como válidos e merecidos. As vítimas são submetidas a um sofrimento constante que parece não ter fim, sem perspectivas de superação ou mesmo o vislumbre de que possam ser protegidas. Ignorar e naturalizar os comportamentos de *bullying* como sendo normais ou apenas brincadeira favorece a continuidade desses comportamentos agressivos, provocando sérios distúrbios psicológicos nas vítimas, podendo provocar inclusive reações extremas, como suicídios e respostas violentas das vítimas contra os colegas e a escola.

De acordo com Neto (2004), a escola é vista, tradicionalmente, como um local de aprendizado que reconhece e estima o desempenho dos alunos com base nas notas dos testes de conhecimento e no cumprimento de tarefas acadêmicas. No entanto, três documentos legais formam a base de entendimento com relação ao desenvolvimento e educação de crianças e adolescentes: a Constituição da República Federativa do Brasil, o Estatuto da Criança e do Adolescente e a Convenção sobre os Direitos da Criança da Organização das Nações Unidas. Em todos esses documentos, estão previstos os direitos ao respeito e à dignidade, sendo a educação entendida como um meio de prover o pleno desenvolvimento da pessoa e seu preparo para o exercício da cidadania.

Todos nós desejamos que as escolas sejam ambientes seguros e saudáveis, onde crianças e adolescentes possam desenvolver, ao máximo, os seus potenciais intelectuais e sociais. Portanto, não se pode admitir que sofram violências que lhes tragam danos físicos e/ou psicológicos, que testemunhem tais

fatos e se calem para que não sejam também agredidos e acabem por achá-los banais ou, pior ainda, que diante da omissão e tolerância dos adultos adotem comportamentos agressivos (NETO, 2004).

Como a escola através de instrumentos pedagógicos e normativos pode contribuir para a prevenção e redução destas práticas entre seus alunos? Assim, diante da gravidade com que se apresenta essa realidade, o objetivo desse estudo é sistematizar, apresentar o histórico, as especificações, as complexidades e variações do *bullying escolar* a partir de levantamento histórico e bibliográfico sobre o tema. Assim, a partir de uma análise crítica da literatura, serão relacionadas e discutidas estratégias de defesa e aportes para o diagnóstico, a prevenção, a intervenção e a erradicação desse fenômeno no ambiente escolar.

## 1. O FENÔMENO DO *BULLYING*

A palavra *bullying* é derivada do verbo inglês “bully” que significa usar a superioridade física para intimidar alguém. Também adota aspecto de adjetivo, referindo-se a “valentão”, “tirano”. Como verbo ou como adjetivo, a terminologia *bullying* tem sido adotada em vários países como designação para explicar todo tipo de comportamento agressivo, cruel, intencional e repetitivo inerente às relações interpessoais. As vítimas são os indivíduos considerados mais fracos e frágeis dessa relação, transformados em objeto de diversão e prazer por meio de “brincadeiras” maldosas e intimidadoras (CONSTANTINE, 2004).

Para Silva (2010), é fundamental explicar que as atitudes tomadas por um ou mais agressores contra um ou alguns estudantes, geralmente, não apresentam motivações específicas ou justificáveis. Isso significa dizer que, de forma quase natural, os mais fortes utilizam os mais frágeis como meros objetos de diversão, prazer e poder, com o intuito de maltratar, intimidar, humilhar e amedrontar suas vítimas, o que alimenta e perpetua muita dor e sofrimento nos vitimados.

A adoção universal do termo *bullying* foi decorrente da dificuldade em traduzi-lo para diversas línguas. Durante a realização da Conferência Internacional Online School *Bullying* and Violence, de maio a junho de 2005, ficou caracterizado que o amplo conceito dado à palavra *bullying* dificulta a identificação de um termo nativo correspondente em países como Alemanha, França, Espanha, Portugal e Brasil, entre outros (VISIONARY, 2005).

Fante (2005) fala que o fenômeno *bullying* está sendo muito discutido em reuniões pedagógicas e na mídia, como objeto de investigação e de estudos recentes. Somente após muitos casos, esse tipo de violência desperta a atenção de alguns educadores para a realidade e a gravidade de sua expansão mundial, alastrando-se de forma sorrateira e crescente nas escolas e nos contextos onde se estabelecem relações interpessoais.

Por se tratar de um comportamento ligado à agressividade física, verbal ou psicológica e por se expressar nas mais diferentes formas de provocação individual e grupal, o *bullying* requer conhecimento, visibilidade e discussão para poder diagnosticar, prevenir, detectar e erradicar.

Segundo Machida (2005, p. 29):

As vítimas feitas dentro do ambiente escolar sentem-se incompreendidas, solitárias, indefesas, desconectadas, “soltas”, longe de quaisquer procedimentos educacionais indicadores de paz nas relações interpessoais, como o amor, o afeto, a solidariedade, aceitação, a tolerância, a cooperação, o direito de ser diferente, o sentido de refúgio comunitário.

Para tal fato, Boff (2003, p. 34) afirma: “Um modo de ser não é um novo ser. É uma maneira do próprio ser de estruturar-se e dar-se a conhecer.” O *bullying* impede este modo de ser de se mostrar, aprisionando a espontaneidade. Assim, esse fenômeno não pode ser ignorado ou subestimado pelos adultos. Para Constantini (2004, p. 16):

Os adultos têm, portanto, uma responsabilidade importante, um dever ético perante a coletividade: encarregar-se das exigências do crescimento dos mais jovens e da necessidade destes em ter modelos; promover sua inserção nos vários contextos sociais, respeitando o seu tempo de amadurecimento e mediando conflitos; estimular o confronto com as regras; saber ajudá-los nos seus momentos de crise.

Por isso, a fim de as iniciativas anti-*bullying* serem tomadas, necessita-se conhecer melhor esse fenômeno para se poder avaliar, com instrumentos, a intensidade com que ele acontece no ambiente escolar e suas consequências e intervir diante dele, para jovens não se tornarem, segundo Fante (2005, p. 12), “reféns de uma ansiedade flutuante e circulante que interfere em todos os seus processos de aprendizagem pela excessiva mobilização psíquica de medo, constrangimento, angústias e raiva reprimida”.

Renunciar a esses fatos significa não estar em consonância com a educação, é não ter comprometimento com a função social e, sobretudo, é se afastar do mundo dos jovens. Compreender a construção pelas quais as adversidades da vida se articulam e se entrelaçam ao comportamento humano provoca reflexão sobre determinados mecanismos e seus processos de risco, quer sejam biológicos, comportamentais, psicológicos ou socioculturais e sua dimensão no tempo e na história de cada um (FANTE, 2005).

Muitos autores têm se preocupado em apontar as possíveis causas para os comportamentos de *bullying*, que incluem, além de fatores econômicos, sociais e culturais, o temperamento do indivíduo, as influências familiares, de colegas, da

escola e da comunidade (LOPES NETO, 2005), as relações de desigualdade e de poder, tidas como naturais, uma relação negativa com os pais e um clima emocional frio em casa (SILVA, 2006).

No entanto, as propostas presentes nestes estudos restringem-se a recomendações amplas e com pouca inserção prática, como “educar para a paz” (FANTE, 2005), a prescrição de bons comportamentos e boa conduta moral, com indicativos do que se deve ou não fazer em relação ao outro tido como diferente (ANTUNES; ZUIN, 2008). Tais ideias apontam para uma nova forma de violência, na qual se determina de fora qual é a melhor maneira de solucionar um problema ou conflito, ultrapassando e atropelando a capacidade e a necessidade do grupo de encontrar seus próprios meios para lidar com o sofrimento.

Entretanto, não apenas as vítimas precisam ser reconhecidas e cuidadas, como também é imprescindível que seja adotado um cuidado especial para com os agressores (ou potenciais agressores), que encontram nas práticas violentas formas de expressarem, a seu modo, algum tipo de carência que também merece ser compreendida. “O problema não é punir os agressores, mas sim evitar a existência de vítimas. Não se trata de vingança ou de retaliação, mas de redução do risco” (DEBARBIEUX; BLAYA, 2002, p.17).

O fato de uma pessoa ser diferente deve ser entendido como uma condição que precisa ser respeitada nas relações estabelecidas, tanto na escola como em todos os contextos de convivência dos indivíduos. Entre as iniciativas de enfrentamento do *bullying* mais comumente encontradas, muitas delas apresentam características em comum, como a modificação do ambiente escolar, a inclusão e a participação da comunidade na realidade e no cotidiano das escolas. Há sugestões através de medidas especiais e temporais, tomadas ou determinadas pelo estado, espontânea ou compulsoriamente, com o objetivo de eliminar desigualdades historicamente acumuladas, ou seja, combater os efeitos acumulados em virtude das discriminações ocorridas no passado e, se possível, alterar uma realidade de violência e torná-la um ambiente criativo e propício à educação e à cidadania (FANTE, 2005).

## 1.1 Consequências do *Bullying*

Ao serem vítimas de *bullying*, muitas vezes, crianças e adolescentes percebem-se impotentes e sozinhos para combater tais comportamentos, adotando a 'lei do silêncio' que favorece a manutenção da violência. Em alguns casos, inclusive, não há nem mesmo o entendimento da situação enquanto uma forma de violência psicológica, o que pode levar a vítima a não conseguir ter o reconhecimento do seu sofrimento.

Ao ser pego dentro de um ciclo de *bullying* é muito difícil que a criança ou o adolescente consiga, por conta própria, escapar da espiral de violência, já que a própria natureza do fenômeno permite que ele se retroalimente, se ressignifique e permaneça produzindo relações de abuso, podendo condenar a vítima à inexistência ou à invisibilidade social, ao rejeitá-lo enquanto membro legítimo do grupo (ANTUNES; ZUIN, 2008).

Segundo Galinkin e Almeida (2005, p. 33), existem casos nos quais a vítima desenvolve mecanismos de adaptação à situação:

[...] admitindo o papel de vítima de forma servil, aceitando ser alvo das 'brincadeiras' e injúrias como uma forma de permanecer enquanto membro efetivo do grupo. Torna-se o 'palhaço da turma', assumindo para si a atenção e o reconhecimento do grupo, evitando assim a inexistência como destino. Desta forma, acredita que faz parte da 'brincadeira' ao invés de ser apenas o alvo (a vítima). Resignifica o próprio sofrimento através da busca por aceitação no grupo. Pode ser levado a acreditar que esta é uma situação passageira, que se manterá somente até que possa ser reconhecido em si mesmo, ou que outro assuma seu papel e ele se torne também um agressor.

Pode-se perceber este tipo de comportamento, por exemplo, nos trotes universitários. Muitas vezes os "veteranos" que estão mais sedentos em infringir sofrimento e humilhações aos calouros são estudantes que, no semestre anterior, foram vítimas do mesmo trote. Descarregar no outro as frustrações advindas da experiência passada permite que se afastem do papel de vítima, ao instituir uma nova condição de violência, no qual possa assumir uma nova função, a de carrasco. Além disso, é comum escutar entre as justificativas para a manutenção dos trotes violentos que estes permitem o desenvolvimento de uma identidade



grupais, como em um rito de passagem ou de aceitação, ou ainda que é “justa” a violência, afinal o sujeito também vivenciou esta situação e, por isso, está autorizado a transmiti-la ao próximo (ANTUNES, 2008).

Embora seja comportamento aceito naturalmente como brincadeiras inocentes de crianças e “zoações” de adolescentes, Fante (2005, p. 10) afirma que “o *bullying* tem um poder destrutivo de promover danos psicológicos incalculáveis e irreparáveis às suas vítimas.” Segundo o autor, o *bullying*:

[...] estimula a delinqüência [sic] e induz a outras formas de violência explícita, produzindo, em larga escala, cidadãos estressados, deprimidos, com baixa auto-estima [sic], capacidade de auto-aceitação [sic] e resistência à frustração reduzida, além de propiciar o desenvolvimento de sintomatologias de estresse, de doenças psicossomáticas, de transtornos mentais e de psicopatologias graves. Tem, como agravante, interferência drástica no processo de aprendizagem e de socialização, que estende suas conseqüências para o resto da vida, podendo chegar a um desfecho trágico. (FANTE, 2005, p. 9-10).

Essas sensações desconfortáveis e as situações constrangedoras com as quais as vítimas convivem diariamente e as formas de exclusão socioeducacional a que são submetidas desencadeiam outros fatores que merecem destaque especial, pois estão presentes nas narrativas e explicitados com grande carga emocional do que foi vivenciado. Esses “aprisionamentos” acabam por criar zonas doentias, que funcionam como vírus psíquico da mente ou “janelas killers”, verdadeiro ancoradouro que aprisiona as emoções humanas, impede suas vítimas de adquirirem habilidades de autodefesa e de socialização, além de prejudicar o seu desenvolvimento socioeducacional na medida em que promove seu isolamento (FANTE, 2005, p. 24).

Ao longo do tempo, a vítima de *bullying* pode apresentar várias doenças como: mal-estar generalizado, cefaleia, taquicardia, sudorese, cólicas, náuseas, febre, sensação de sufocação, vômitos, diarreias, além de outros que, somados aos primeiros, provocam reações e emoções descontroladas. Quando associados, podem promover “construções de pensamentos destrutivos, idéias de vingança e de suicídio que se expressam como resposta violenta contra a própria instituição escolar, palco dos seus sucessivos sofrimentos.” (FANTE, 2005, p. 25).

Wierviorka (2007, p. 1151) chama atenção para as consequências da violência, que segundo o autor:

[...] é a negação ou atentado contra a integridade física e moral de uma pessoa [...] ela torna difícil construir-se como sujeito de uma existência coletiva e, com frequência [sic], também pessoal. Por isso, compreender que os danos causados pelo *bullying* vão muito além de um incômodo, que não se trata de simplesmente 'ignorar que passa', brincadeira inofensiva, 'coisa de menino' é imprescindível na formulação de ações de prevenção desta violência e no tratamento necessário aos atores envolvidos.

Quando se considera que a existência de comportamentos de *bullying* abrange uma situação ampla, que não está restrita apenas à vítima, mas afeta todo o contexto social, abalando as esferas de relacionamento dos sujeitos, suas existências pessoais e coletivas, coloca-se em xeque a naturalização do fenômeno e o seu caráter personalista. Desse modo, não é função apenas da vítima encontrar formas e alternativas para enfrentar, superar e triunfar sobre as adversidades consequentes do *bullying*. A solução do problema deve envolver a participação do conjunto social que, ao assumir a questão como um desafio a ser combatido pelo coletivo, legitima, reforça e empodera todos os indivíduos. (GUIMARÃES; RIMOLI, 2006).

As consequências afetam a todos, mas a vítima, principalmente a típica, é a mais prejudicada, pois poderá sofrer os efeitos do seu sofrimento silencioso por boa parte de sua vida. Desenvolve ou reforça atitude de insegurança e dificuldade relacional, tornando-se uma pessoa apática, retraída, indefesa aos ataques externos.

Por tal motivo, faz-se imprescindível acrescentar que “a punição física por agressão pode ter a consequência absurda de aumentar a agressão, porque o pai ou mãe que pune serve de modelo para a agressão sob circunstâncias altamente emocionais” (ROSS, 1979, p. 151).

Diante disso, contrariamente à agressão, o apoio é necessário para evitar que essas crianças sejam futuros delinquentes ou adultos desajustados nas condutas agressivas [...] subjaz um sentimento de inferioridade que a pessoa tenta anular pelo mecanismo de compensar a inferioridade, precisamente mostrando-se agressiva. Sendo que, quase todos os comportamentos crônicos [...] são a expressão de sentimentos de profunda insegurança, carência afetiva, frustração,

dificuldades e problemas escolares, sentimento de incompetência, pouca autoestima (TIERNO 1996, p. 37).

Assim, cabe aos pais ajudar seu filho independentemente de ele ser agressor ou vítima. Já a escola, enquanto forma de prevenir as práticas de *bullying*, deve ser capaz de “gerar um pensamento e uma ação crítica e reflexiva sobre o processo da sociedade, se antecipando moral e pedagogicamente a ponto de distinguir nas tendências e nas alternativas históricas o traço permanente de uma valorização do homem como cidadão de seu tempo” (AMORETTI, 1992, p. 133).

Por isso, este apoio e incremento a ser realizado pela escola deve se colocar como forma preventiva do *bullying* e como formadora de uma educação que gere, nas crianças e jovens, comportamentos contrários à conduta no “bullyinismo”. Formas agressivas de controle a esses ataques não são eficazes, dado que a violência gera violência e tratar pacificamente o ato de *bullying* é uma das melhores soluções à agressão. É importante ressaltar que o tratamento preventivo do *bullying* pode ser uma ação eficaz e importante, pois a sua vítima ao sofrer agressão leva consigo por toda a sua vida a agressão sofrida (TIERNO, 1996).

Muitas vezes, mesmo na vida adulta, a vítima é alvo de gozações entre colegas de trabalho ou familiares. Apresenta um autoconceito de menos valia e considera-se inútil, descartável. Pode desencadear um quadro de neuroses, como a fobia social e, em casos mais graves, psicoses que, a depender da intensidade dos maus-tratos sofridos, tendem à depressão, ao suicídio e ao homicídio seguido ou não de suicídio (ROSS, 1979).

Em relação ao agressor, reproduz em suas futuras relações, o modelo que sempre lhe trouxe “resultados”: o do mando-obediência pela força e agressão. É fechado à afetividade e tende à delinquência e à criminalidade. Isso, de certa maneira, afeta toda a sociedade. Seja como agressor, como vítima, ou até espectador, tais ações marcam, deixam cicatrizes imperceptíveis em curto prazo. Dependendo do nível e intensidade da experiência, causam frustrações e comportamentos desajustados gerando até mesmo atitudes sociopatas (FANTE, 2005).

## 1.2 Exemplo Atual e Consequência Brutal

A Revista Veja, numa publicação feita em 11 de abril de 2011, por Cecilia Ritto e Rafael Lemos, fala do mais recente episódio de destaque na mídia nacional que pode ser associado ao *bullying*. Foi o massacre ocorrido em março deste ano (2011) em uma escola municipal no bairro de Realengo, na cidade do Rio de Janeiro. De acordo com as investigações da polícia, amplamente divulgadas nos meios de comunicação do país, o acusado de matar as crianças (e logo em seguida se matar) deixou uma gravação em vídeo afirmando que as opressões que ele sofreu naquela mesma escola quando adolescente (e aluno da mesma) foi a principal motivação para o crime, tendo sido o ato homicida, portanto, uma espécie de protesto ou vingança.

Essa forma de violência é de difícil identificação por parte dos familiares e da escola, uma vez que a “vítima” teme denunciar os seus agressores, por medo de sofrer represálias e por vergonha de admitir que está apanhando ou passando por situações humilhantes na escola ou, ainda, por acreditar que não lhe darão o devido crédito. Sua denúncia ecoaria como uma confissão de fraqueza ou impotência de defesa. Os “agressores” se valem da “lei do silêncio” e do terror que impõem às suas “vítimas”, bem como do receio dos “espectadores”, que temem se transformarem na “próxima vítima”.

Acredita-se que existe uma cultura de violência disseminada entre as pessoas. Contra isso, podemos disseminar uma contracultura de paz. Se conseguirmos plantar nos corações das crianças as sementes da paz – solidariedade, tolerância, respeito ao outro e o amor – poderemos vislumbrar uma sociedade mais equilibrada, justa e pacífica. Construir um mundo de paz é possível. Para isso, deve-se primeiramente construí-lo dentro de cada um de nós.

Vasconcellos (2002, p. 63, *apud* Pascoal *et. al*, 2006) diz que para cuidar do patrimônio da escola vale entender que não se trata de propriedade a ser defendida a qualquer custo, mas ao contrário, estabelecer uma parceria com a comunidade faz com que se possa “contar com ela como elemento de apoio para as mudanças, como ainda obtém diminuição do vandalismo, da violência”. Assim os alunos sentem-se acolhidos e passam a ver a escola como parte de suas vidas.

Nenhuma escola pode ignorar tal ocorrência, comumente perceptível em seus domínios. Cabe à escola coibir atitudes agressivas, protegendo tanto os agressores quanto os agredidos. De fato, ambos, agressores e agredidos, apresentam problemas psicológicos que, caso não tratados, podem explodir desastrosamente. O assédio moral e físico é intenso, deixando a vítima constrangida e assustada.

## 2. O PAPEL DA FAMÍLIA E DA ESCOLA FRENTE AO *BULLYING*

Um dos aspectos que vêm se destacando nos estudos sobre *bullying* trata da importância dada aos pais no processo de desenvolvimento e socialização dos filhos, assim como a implicação desta relação na emergência de condutas antissociais.

A educação do jovem no século XXI tem se tornado algo muito difícil, talvez os pais de ontem, mostram-se perdidos na educação das crianças de hoje. Estão cada vez mais ocupados com o trabalho e pouco tempo dispõem para dedicarem-se à educação dos filhos. Esta, por sua vez, é delegada a outros, ou em caso de famílias de menor poder aquisitivo, os filhos são entregues à própria sorte.

Os pais não conseguem educar seus filhos emocionalmente e, tampouco, sentem-se habilitados a resolverem conflitos por meio do diálogo e da negociação de regras. Optam muitas vezes pela arbitrariedade do não ou pela permissividade do sim, não oferecendo nenhum referencial de convivência pautado no diálogo, na compreensão, na tolerância, no limite e no afeto.

A escola também tem se mostrado inabilitada a trabalhar com a afetividade. Os alunos mostram-se agressivos, reproduzindo muitas vezes a educação familiar, seja por meio dos maus ratos, do conformismo, da exclusão ou da falta de limites revelados em suas relações interpessoais. Os professores não conseguem detectar os problemas, e muitas vezes, também demonstram desgaste emocional com o resultado das várias situações próprias do seu dia sobrecarregado de trabalhos e dos conflitos em seu ambiente profissional. Muitas vezes, devido a isso, alguns professores contribuem com o agravamento do quadro, rotulando com apelidos pejorativos ou reagindo de forma agressiva ao comportamento indisciplinado de alguns alunos (FANTE, 2005).

Como destaca Blaya (2003), muitos estudos consideram que as relações entre família e escola são um dos elementos fundamentais para a melhoria da convivência e a diminuição das condutas violentas entre os estudantes:

[...] a família, em especial os pais, é identificada como agente implicada na violência escolar, já que tem um papel de destaque tanto na questão da transmissão de valores quanto na identificação

de comportamentos que apontem para a manifestação do *bullying*. Este protagonismo deve-se à importância atribuída à família enquanto grupo de socialização e educação. É uma falácia atribuir exclusividade ou monopólio à escola das atribuições do contexto educativo dos jovens, assim como não é possível encarregar os professores como os únicos agentes encarregados da educação destes (BLAYA, 2003, p. 49).

Uma das principais condições apontadas na etiologia do *bullying* relaciona-se ao contexto social do jovem, incluindo-se nesta equação tanto condições econômicas quanto valores sociais e culturais. Entende-se desse modo o *bullying* como sendo um fenômeno cuja manifestação é evidenciada no ambiente escolar, mas cujas implicações e origens estão muitas vezes além dos muros da escola.

Em alguns casos, o comportamento de *bullying* praticado pelo jovem é uma reprodução de experiências que ele observa e/ou vivência em seu ambiente familiar. Poucas famílias consideram que a melhora na convivência escolar dos seus filhos não passe por suas competências, e que a educação em casa não influencia as condutas violentas praticadas dentro do contexto escolar (ÁLVARO; GARRIDO, 2006)

Por outro lado, Mulher (2009) postula que o indivíduo deve adquirir certa maturidade e senso de autoridade pessoal, que em situações de crise use o bom senso, a diplomacia, o respeito, a objetividade, a firmeza, a compaixão, sabendo exatamente quem é e qual seu papel diante da situação.

Diz ainda que apesar de não haver fórmula certa para curar esta problemática, existem sim, muitos caminhos e alternativas viáveis. A atitude dos pais ao lidar no cotidiano com explosões de raiva do seu filho pequeno, o exercício da autoridade com o mesmo requer que expressem respeito, amor e firmeza, que coloquem limites claros, através de atitudes envoltas em qualidade suaves, nutridoras, disciplinadoras e objetivas, deixando de lado o uso da violência com o filho, uma vez que um “tapa” poderá refletir na agressividade futura da criança, podendo torná-la um adulto revoltado e agressivo.

Os pais necessitam entender o que se passa no mundo interior de seu filho, que faz com que use de violência ao invés de outro recurso, cabendo a eles orientar sobre o que fazer com relação àquilo que está gerando o comportamento agressivo e que pode ser tanto a indignação, o medo, a raiva, a frustração ou a

impotência que sentem, para que estas crianças possam aprender a lidar com estes sentimentos para assim viver melhor. (MULHER, 2009).

## **2.1 Escola, família e sociedade**

É importante destacar que a finalidade da educação é a de oportunizar ao aluno a aquisição de conhecimento, cultura, fazer com que o indivíduo se adapte ao meio social e desenvolva suas potencialidades e, como consequência, promova seu próprio desenvolvimento na sociedade.

Segundo Oliveira (2001), a criança inicia o progresso de socialização na instituição familiar a partir de seu nascimento e, na medida em que cresce, aprende as regras de comportamento do grupo familiar e da sociedade. Nesse contexto, a educação tem o papel de completar e aprimorar este progresso.

Vygotsky, Luria e Leontiev (2001, p. 27) afirmam que “desde o nascimento, as crianças estão em constante interação com os adultos, que ativamente procuram incorporá-las à sua cultura e à reserva de significados e de modos de fazer as coisas que se acumulam historicamente”.

Quando a criança começa a frequentar o ambiente escolar é função da família promover o desenvolvimento social da criança para que possa conviver de maneira harmônica com outras pessoas, lidar com as diferenças e conflitos que poderão surgir (CHINOY, 2008).

Segundo Fante (2005), devido à divisão de trabalho que ocorre nas escolas e principalmente em função da introdução da supervisão escolar, observa-se que na prática o papel do diretor vem se restringindo ao de administrador dos recursos materiais da escola e o do administrador de pessoal, considerado em seu sentido burocrático. A violência é um dos maiores problemas da sociedade. Presente em diversos setores: nas ruas, no trabalho, dentro de casa e dentro da escola. Tem sido cada vez mais difícil combater a violência. Mas, a violência tem que ser compreendida como fruto dos próprios modelos de desenvolvimento social e tem suas origens na história.



Além da família e da escola, existem outras instituições sociais que também promovem a educação, embora de maneira informal, como por exemplo, a igreja, os meios de comunicação de massa, que são aprendizados desenvolvidos através de ações educacionais sem regras rígidas, normas ou determinações legais.

A escola passou a ser “instrumento de transmissão do saber acumulado, embora restrito a alguns”, necessidade exigida pelos avanços socioeconômicos ocorridos na sociedade contemporânea (Aranha, 2002, p. 72), o que proporcionou uma educação sistematizada. Para tanto, alguns elementos são essenciais para transmissão de conhecimento aos indivíduos que são submetidos a uma seleção por profissionais especializados para que possam exercer funções específicas (OLIVEIRA, 2001).

Contudo, ressalta-se que atualmente a maioria das famílias se afastou da escola, deixando, ao que parece, a educação de seus filhos por conta, exclusiva, da escola. Vários motivos são aparentes, tais como o excesso de carga horária de trabalho dos pais.

Tiba (2001) diz que os professores além de ter domínio sobre os conteúdos dados, devem abrir espaço ao aluno e deixar que ele exponha suas dificuldades (não apenas sobre os conteúdos), seus conflitos, desejos, para que ele se sinta à vontade e tenha uma convivência harmônica.

Mas, dentre tantos os problemas vividos hoje pelos professores nas escolas, os mesmos não se restringem apenas ao déficit de aprendizagem dos alunos. A violência na escola, a indisciplina, a rebeldia são fatores determinantes para o baixo índice de aprendizagem.

Esses problemas muitas vezes são identificados pela escola, por intervenção de orientadores educacionais, como problemas de origem familiar, ou seja, conflitos vividos no âmbito da família, geralmente violência doméstica, o que desencadeia outros e vários problemas na escola, como baixo rendimento, déficit de aprendizagem, etc.

Sobre a atuação dos orientadores na escola, os profissionais em educação vêm discutindo sobre seu papel na educação. Infelizmente, as discussões ainda continuam no plano teórico e a prática continua da mesma maneira, mas lidando com problemas no âmbito das escolas cada vez mais diversificados e mais graves,

principalmente em escolas da rede pública que lidam, diariamente, com a violência na escola, o *bullying*, entre outros.

Por isso é importante a interdisciplinaridade na escola, onde o trabalho de todos deve ser realizado em conjunto, seguindo uma mesma direção, com o mesmo objetivo dentro de um processo buscando os melhores resultados. Nesse sentido, o orientador educacional deve lidar com o processo educacional dentro daquilo que é real e suas perspectivas (GRINSPUN, 2002).

Demo (1998) define a interdisciplinaridade “[...] como a arte do aprofundamento com sentido de abrangência, para dar conta, ao mesmo tempo, da particularidade e da complexidade do real” (pp. 88-89). Ele sugere a prática em grupo como metodologia mais indicada, pela possibilidade da cooperação qualitativa entre especialistas. Tal prática será viabilizada através das equipes de profissionais ou pesquisadores especialistas, mediados pela linguagem, pelo diálogo e pelos métodos acessíveis a todos.

Nesse contexto, a autora define que o papel da orientação educacional era

ajudar o aluno na formação de uma cidadania crítica, e a escola, na organização e realização de seu projeto pedagógico. Isso significa ajudar nosso aluno ‘por inteiro’: com utopias, desejos e paixões. A orientação trabalha na escola em favor da cidadania, não criando um serviço de orientação para atender aos excluídos [...], mas, para entendê-lo, através das relações que ocorrem [...] na instituição Escola (GRINSPUN, 2002, p. 29).

Entende-se que o papel do orientador educacional é de mediador. É o de atuar com as diferenças e as diversidades existentes dentro da escola. Quando existem problemas com alunos que têm problemas de aprendizagem e que esses problemas têm origem no âmbito familiar (o que não é raro), é função do orientador, mediar possíveis conflitos dos alunos entre família e escola, entre familiares (pais e/ou responsáveis) e escola. Dentre as funções do orientador está a de promover palestras sobre situações, muitas vezes delicadas, como Distúrbio de Déficit de Atenção (DDA), Hiperatividade, *bullying*, violência na escola, etc (ANTUNES, 2008).

### **2.1.1 Relato de uma Escola: Prática Educacional na Formação da Cidadania.**

Neste projeto, descreve-se a experiência de um trabalho de professores, direção, alunos e toda a comunidade, como alternativa para intervenção contra o racismo e *bullying*.

O Projeto contou com a participação de professores, Amigos da Escola, Casa da Amizade, Grupo de Capoeira Nosso Senhor do Bonfim e Ordem Demoley, e foi desenvolvido no ano de 2011.

Inicialmente, foram colocados vários cartazes nos corredores da escola com os seguintes escritos:

Há 82 anos, Monteiro Lobato escreveu

“O Presidente Negro.”

Nesse livro, Lobato antecipa a globalização, as facilidades promovidas pela internet, o crescimento econômico da China e o mais surpreendente:

*a candidatura de um Presidente Negro  
à Presidência dos EUA.*

O projeto propôs a celebração do dia da Consciência Negra e o anti-*bullying* na E.E “São Gabriel”, pretendendo refletir com toda a comunidade escolar a contribuição do negro à cultura brasileira.

O exercício reflexivo deveria transitar entre os conceitos: preconceito étnico negro, o racismo clássico, e o *bullying*. O agravante, que causa indignação, é a marginalização imposta a aqueles que não se encaixam ao padrão proposto. Neste sentido o preconceito étnico negro e o *bullying* passam a ter uma linha comum.

O projeto teve como objetivo maior contribuir com os educandos e familiares para uma reflexão sobre a valorização da cultura negra e a intolerância ao preconceito e ao *bullying*, oferecendo ainda um espaço aos alunos negros para que atuem como protagonistas juvenis expressando suas experiências e visões sobre o racismo, dando assim condições para desenvolverem o senso crítico e a capacidade de argumentação nas questões

inerentes ao negro e ao sentimento de exclusão gerado pelo preconceito e pelo *bullying*.

O projeto foi realizado através de uma sessão lítero-musical desenvolvida pelos alunos de todos os turnos da Escola, no dia em que se comemora a data da Consciência Negra, 20 de novembro.

Primeiramente a escola convidou a comunidade de moradores do bairro para o evento na noite do dia 20. Foi feita divulgação através de jornais, rádios, panfletos e camisetas. Também houve um concurso dentro da escola onde as alunas negras puderam concorrer ao título “Miss Beleza Negra” – 2ª edição (direitos cedidos pelo grupo de Capoeira Nosso Senhor do Bonfim - MG).

Os professores foram os responsáveis pela decoração do ambiente, instalação do som, elaboração do roteiro final em fichas, ensaio dos apresentadores, e pela direção geral do evento.

O projeto apresentou-se como importante exemplo de uma ferramenta para a promoção de discussões sobre questões sociais urgentes como a intolerância e a questão do racismo e da cultura negra no Brasil. Desta forma, contribuiu para a formação de cidadãos com uma percepção social voltada para a aplicação e disseminação de práticas e conceitos que envolvam a ética, o respeito e a tolerância para com o diferente, tópicos fundamentais dentro da proposta de combate ao *bullying* nas escolas.

## **2.2 Relação entre família e escola: um importante laço no processo de uma identidade**

Deve ser preocupação constante da instituição escolar manter o maior número possível de contato com a família do educando, a fim de orientá-la quanto às mais eficientes maneiras de cooperar com a escola na educação de seus próprios filhos.

Assim, conforme LOPES NETO (2005):

Obrigando o filho a enfrentar os agressores pode não ser a melhor solução, visto que ele está fragilizado, ou seja, corre o risco de sofrer uma frustração ainda maior.

Quando a violência ocorre na escola cabe aos pais conversarem com a professora ou a direção, pois é dever da escola, em sintonia com a família, ensinar conhecimentos e promover uma interação harmônica e positiva entre os alunos, visando o desenvolvimento de verdadeiros cidadãos.

A melhor forma de combater essa situação de violência na escola – e que mais tarde podem se transferir para outras situações sociais, como no trânsito ou no local de trabalho – é promover a conscientização do problema e a promover a participação de pais e professores na resolução desses transtornos de comportamento, MONTEIRO (2007).

Não raro, o trabalho da escola é convencer a família de que ela muito pode fazer, apesar das suas propaladas limitações quanto à educação de seus filhos, e a escola, sozinha, está longe de poder executar toda a tarefa de formação dos educandos. Pois é na família que a criança nasce e primeiro interage com o meio que a rodeia. É à família que cabe estabelecer os primeiros contatos com o "novo membro", desempenhando funções e tendo responsabilidades distintas das que competem à escola.

O *bullying* está se tornando muito sério e a gestão escolar deve realmente ter uma relação amigável e de intimidade com a família. A família também tem que ter muito cuidado com a relação de brigas, pois isso poderá acarretar danos à criança. Suas seqüelas não se restringem à somente a pessoa ofendida, mas comprometem todos os membros da família, principalmente crianças, que terão a tendência de se transformar em agressores e ter um comportamento que vivenciam dentro de casa.

Trata-se de um comportamento ligado à agressividade física, verbal ou psicológica. É uma ação de transgressão individual ou de grupo, que é exercida de maneira continuada, por parte de um indivíduo ou grupo de jovens definidos como intimidadores nos confrontos com uma vítima predestinada. Não são conflitos normais ou brigas que ocorrem entre estudantes, mas verdadeiros atos de intimidação preconcebidos, ameaças, que, sistematicamente, com violência física e psicológica, são repetidamente impostos a indivíduos particularmente mais vulneráveis e incapazes de se defenderem, o que os leva no mais das vezes a uma condição de sujeição, sofrimento psicológico, isolamento e marginalização. (CONSTANTINI, 2004)

### 3.O BULLYING E O ESTADO

#### 3.1 Um caso de jurisprudência

Jurisprudência é o conjunto de soluções dadas às questões de direito pelos tribunais superiores. O tema em discussão chegou aos tribunais, conforme demonstrado abaixo, e, a escola foi condenada por sua omissão diante de um caso de agressões. Aconteceu em uma escola particular de Ceilândia-DF:

Direito civil. Indenização. Danos morais. Abalos psicológicos decorrentes de violência escolar. *Bullying*. Ofensa ao princípio da dignidade da pessoa. Sentença reformada. Condenação do colégio. Valor médio atendendo-se às peculiaridades do caso.

1. Cuida-se de recurso de apelação interposto de sentença que julgou improcedente pedido de indenização por danos morais por entender que não restou configurado o anexo causal entre a conduta do colégio e eventual dano moral alegado pelo autor. Este pretende receber indenização sob o argumento de haver estudado no estabelecimento de ensino em 2005 e ali teria sido alvo de várias agressões físicas que o deixaram com traumas que refletem em sua conduta e na dificuldade de aprendizado.

2. Na espécie, restou demonstrado nos autos que o recorrente sofreu agressões físicas e verbais de alguns colegas de turma que iam muito além de pequenos atritos entre crianças daquela idade, no interior do estabelecimento do réu, durante todo o ano letivo de 2005. É certo que tais agressões, por si só configuram dano moral cuja responsabilidade de indenização séria do colégio em razão de sua responsabilidade objetiva. Com efeito, o colégio réu tomou algumas medidas na tentativa de contornar a situação, contudo, tais providências foram inócuas para solucionar o problema, tendo em vista que as agressões se perpetuam pelo ano letivo. Talvez porque o estabelecimento de ensino apelado não atentou para o papel da escola como instrumento de inclusão social, sobretudo no caso de crianças tidas como “diferentes”. Nesse ponto, vale registrar que o ingresso no mundo adulto requer a apropriação de conhecimentos socialmente produzidos. A interiorização de tais conhecimentos e experiências vividas se processa, primeiro, no interior da família e do grupo que este indivíduo se insere, e, depois, em instituições como a escola. No dizer de Helder Baruffi, “neste processo de socialização ou de inserção do indivíduo na sociedade, a educação tem papel estratégico, principalmente na construção da cidadania (cidade, 2008).

Nesse caso especificamente, a mãe da vítima, por diversas vezes, alertou a escola dos maus tratos sofridos por seu filho, sendo em vão. Por omissão, a escola

foi condenada a pagar indenização à família da criança. Agora, quando a ocorrência se tratar da indiferença dos pais, conscientes e alertados do fato, se nenhuma atitude for tomada, deverão estes serem responsabilizados pelo filho agressor. Acionada a justiça, serão condenados a indenizar a vítima dos abusos (CIDADE, 2008).

### **3.2 O *Bullying* e o Estatuto da Criança e do Adolescente**

O grande avanço da legislação foi no advento da Lei nº 8.069 de 13 de Julho de 1990 do Estatuto da Criança e do Adolescente, que trouxe no seu bojo todo tratamento específico para a criança e o adolescente. Infelizmente, essa Lei, apesar de abordar todos os aspectos em defesa da criança e do adolescente, não tem sua aplicação fielmente cumprida.

O Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA - difere do Código Penal porque abarca os inimputáveis (menores de 18 anos) e tem caráter protetivo e socioeducativo. Já o penal tem natureza punitiva.

À luz do ECA, aos menores de 18 anos são aplicadas as medidas protetivas e as socioeducativas. Às primeiras, submetem-se as crianças e os adolescentes infratores, enquanto às últimas submete-se somente o adolescente infrator. Mesmo não sendo sanções penais, visam a uma orientação ou reprimenda contra o agente infrator, ainda que menor de 18 anos e inimputável em face do Código Penal (ECA, art. 104, "caput") (BARROS, 2008).

O *bullying* nas escolas está enquadrado como ato infracional ou ato de indisciplina? Sabe-se que há diferenças e que o ato infracional caracteriza um ato ilícito, enquanto a indisciplina apenas contraria o regimento da escola.

Segundo Cléo Fante, o ato infracional é ato ilícito cometido por adolescente, e, sendo ele menor de 12 anos, o ECA aplicará medidas protetivas e medidas socioeducativas (título III – capítulo IV) em casos mais graves, incluindo também sua família. Já o ato de indisciplina acontece quando o aluno contraria as normas da escola e deve ser resolvido no âmbito escolar (FANTE, 2008).

Conclusivamente, as sanções previstas pelo ECA têm natureza diversa da penal, porque visam a outras finalidades (diversas da punitiva), sendo aplicáveis aos inimputáveis em razão da idade (crianças e adolescentes) na data do fato.

O ECA assim se manifesta no seu artigo 103: “considera-se ato infracional a conduta descrita como crime ou contravenção penal”. Luiz Antonio Miguel Ferreira diz que “o ato infracional em obediência do princípio da legalidade, somente se verifica quanto à conduta do infrator se enquadra em algum crime ou contravenção previsto na legislação em vigor” (FERREIRA, 2008).

De acordo com Cidade (2008), isso demonstra que o ato de indisciplina não pode estar inserido em um ato infracional, pois a indisciplina não atinge a legislação em vigor. E, nesse caso, a escola deve tratar o ato de indisciplina com ações pedagógicas que estão inseridas em seu regimento interno.

Assim, o *bullying* tanto pode ser um ato de indisciplina como um ato infracional, dependendo do grau das ações praticadas pelo agressor. Havendo lesão corporal, difamação, calúnia ou injúria, será caracterizado como ato ilícito, logo, ato infracional.

Os artigos 17 e 18 do ECA descrevem de forma clara que é dever de todos zelar pela integridade física, psíquica e moral da criança e do adolescente, colocando-os a salvo de qualquer tratamento desumano, seja ele, violento, vexatório ou constrangedor. O mesmo estatuto assegura, em seu capítulo IV (título II), deveres do estado e da escola perante a criança e o adolescente.

É claro que o princípio da autonomia da família não é absoluto; é cabível a atuação do Estado, mas essa atuação deve ser supletiva. Para tanto, o Estado planeja e organiza sistema corretivo/repressivo que só é acionado a fim de atender situações de crise no ambiente familiar. O artigo 1635 do Código Civil de 2002, ao enumerar hipóteses da perda do pátrio poder, autoriza a intervenção do Estado na entidade familiar (LIMA, 2008).

### **3.3 As Violências que nos cercam: Escola e Família Juntas**

Ultimamente muito vem sendo divulgado sobre o grande problema do não respeito aos outros, ocasionando muitas vezes traumas irreversíveis. A violência esta em todo o lugar, mas uma violência em especial está sendo bem



preocupante, o *bullying*, que deixa tantas sequelas. Conforme destaca Fante (2005, p. 26),

O *bullying* é um conceito específico e muito bem definido, uma vez que não se deixa confundir com outras formas de violência. Isso se justifica pelo fato de apresentar características próprias, dentre elas, talvez a mais grave, seja a propriedade de causar traumas ao psiquismo de suas vítimas e envolvidos.

Portanto, o *bullying* deve ser compreendido e muito bem trabalhado por todos (pais e escola) que cercam crianças e adolescentes, para que não se tornem adultos traumatizados e aptos a cometerem agressões futuras.

A escola, juntamente com pais e comunidade, tem o dever de sanar esse problema que nos aflige dia após dia. Não podemos ficar alheio a tudo que acontece a nossa volta, pois está bastante claro que este tipo de violência no âmbito escolar contribui não somente para a exclusão social mas, de forma significativa, para a evasão escolar.

(...) a forma como reagem ao *bullying* permite classificá-los como auxiliares (participam da agressão), incentivadores (incentivam e estimulam o autor), observadores (só observam ou se afastam) ou defensores (protegem o alvo ou chamam um adulto para interromper) (NETO. 2004, p.52).

De acordo com Fante (2005), os atos de *bullying* são maiores entre os meninos, talvez pela própria sociedade achar que é o sexo forte.

O *bullying* é classificado como direto quando as vítimas são atacadas diretamente, ou indireto, quando as vítimas estão ausentes. São considerados *bullying* direto os apelidos, agressões físicas, ameaças, roubos, ofensas verbais ou expressões ou gestos que geram mal estar aos alvos. São atos utilizados com uma frequência quatro vezes maior entre os meninos. O *bullying* indireto compreende atitudes de indiferença, isolamento, difamação e negação aos desejos, sendo mais adotados pelas meninas., (Neto,2004, p.36).

No entanto, todos os envolvidos podem sofrer conseqüências no âmbito de sua aprendizagem e de suas capacidades emocionais, de modo que cabe a todos reconhecer a existência do fato e tomar consciência dos prejuízos

causados ao desenvolvimento sócio-educacional e na formação da personalidade do educando.

Silva (2010) sugere que uma forma de combater o problema pode ser através de capacitações para os profissionais envolvidos na educação, pautadas em discussões amplas que mobilizem toda a comunidade, e possibilitando a criação de estratégias preventivas e imediatas. Para tanto é preciso a participação de profissionais qualificados e capacitados para um trabalho em parceria: psiquiatras, psicólogos, assistente social, Conselho Tutelar, Varas da Infância e Juventude, dentre outros.

Nesse sentido, Marchesi (2006, p.82) afirma:

As dificuldades emocionais dos alunos podem alterar suas relações sociais com professores e colegas e dificultar seriamente sua aprendizagem. Entre elas se encontram a percepção da falta de afeto, o isolamento social, a tristeza prolongada, o sentir-se marginalizado e maltratado.

Para que a instituição escolar seja bem sucedida, ela deve favorecer uma boa convivência humana, respeito à diversidade física, psicológica, social e econômica. Nesse cenário, um papel fundamental é exercido por todos que fazem parte da escola e que tem o comprometimento de proporcionar a todos os educandos acesso ao conhecimento e a capacidade de desenvolvimento de suas competências.

Assim, o efetivo exercício da igualdade se daria pela utilização do conhecimento historicamente produzido pela humanidade, aprendido no ambiente escolar. Para que cada ação pedagógica seja resultado de um processo de aprendizagem para o aluno, a escola deve organizar os conteúdos curriculares de forma que contribua para a sua formação enquanto agentes sociais.

### **3.4 A Cultura do *BULLYING* e Desrespeito na Escola**

A escola deve contribuir sempre para uma qualidade do ensino na formação de profissionais competentes e compromissados com uma atuação

voltada para a melhoria do processo de ensino-aprendizagem, necessária para a transformação social, principalmente no âmbito da responsabilidade de observar seus alunos no sentido de respeitar as crenças e diferenças de cada indivíduo. A família e a comunidade devem estar sempre presentes, pois desempenham a função de ampliar o conhecimento dos pais para que os mesmos se tornem mais afetivos para com seus filhos, pois essa relação afetiva é vital no relacionamento de pais e filhos. Este é um universo complexo, pois professores são sujeitos com concepções, valores, ideais e comportamentos que fundamentam teoricamente suas ações, mesmo que não se assumam nesta perspectiva.

Segundo Beaudoin & Taylor (2006):

Os bloqueios geralmente provêm da cultura em um sentido mais amplo. As famílias e as comunidades têm seu papel de enfatizar - ou de não enfatizar - certos discursos, bem como de acrescentar certas particularidades às crenças existentes, porém não as criam sem interferência externas (p.26).

Os professores devem estar sempre abertos para trabalhar as diferenças de seus alunos.

Para Beaudoin & Taylor (2006):

Sistemas educacionais que possuem um grande número de regras que são determinados externamente e implementadas de formas diversas por pessoas diferentes enfrentam mais desrespeito e rebelião do que os sistemas que têm regras significativas e internalizadas como valores pessoais (p. 34).

A escola tem o dever e a obrigação de orientar seus alunos em relação às diferenças de cada um, sejam elas étnicas ou culturais, bem como estar alerta para qualquer violência em seu interior.

Caso detecte algum desrespeito de um aluno para com outro, a escola não deve colocar uma “venda” nos olhos, mas sim tomar as devidas medidas para que o respeito seja sempre a meta da educação.

Nesse sentido, Beaudoin & Taylor (2006, p. 79) afirmam ainda que

[...] tanto os educadores quanto os alunos acabam sentindo-se presos em uma armadilha de um sistema que obriga os

indivíduos a ser de uma certa forma (escola) e frustrados por estar lidando com um problema que é exacerbado pela sua própria existência nesse sistema (o desrespeito ou o *bullying*).

A própria ação pedagógica transcende a simples transmissão de conhecimento, pois envolve pessoas, valores, saberes, culturas, concepções e experiências diversas daqueles que as realizam.

Conforme colocam Beaudoin & Taylor (2006, p. 18):

[...] os alunos vitimados tornam-se agressores, agressores passam a ser vitimados, e o desrespeito move-se furtivamente das relações entre alunos para as relações entre alunos e professores, e então para as interações entre professores e alunos.

A mudança na escola deve existir, pois cada dia que passa o mundo cobra uma educação renovada. Assim precisamos ter em mente que somos uma equipe, e que em nossa sociedade um precisa do outro. Devemos estar abertos à reciclagem de conteúdos e práticas de modo a qualificar cada vez mais a ação pedagógica em direção a uma sociedade mais justa, digna e respeitosa para todos.

Uma boa forma de renovar a educação auxiliando nas diferenças de cada aluno seria o trabalho com projetos onde os mesmos aprendam a conviver, trabalhar e produzir em grupo, com respeito e harmonia.

O trabalho em grupo, ao valorizar a interação como instrumento de desenvolvimento pessoal, exige que os alunos considerem diferenças individuais, tragam contribuições, respeitem as regras estabelecidas, proponham outras, atitudes que propiciam o desenvolvimento da autonomia na dimensão grupal. (BRASIL, 1997, p.62).

Assim, é importante que a gestão escolar proponha e estimule projetos escolares onde os alunos iram trabalhar em grupo para aprender a lidar com as diferenças existentes, flexibilizando a sua própria opinião sobre o outro.

Finalmente, cabe destacar que nos PCN's (Parâmetros Curriculares Nacionais) existem orientações claras sobre como o professor deve agir diante dos casos de *Bullying*.

[...] não se trata de punir os alunos, trata-se de explicar-lhes com clareza o que significa dignidade do ser humano,

demonstrar a total impossibilidade de se deduzir que alguma raça é melhor que a outra, trata-se de fazer os alunos pensarem e refletirem a respeito de suas atitudes.

As Leis estabelecem os parâmetros, mas a ação cotidiana se dá a partir das atitudes, das relações, do convívio, da diversidade, não bastando que haja regulamentação ou uma lista de atribuições para que o trabalho seja efetivo ou tenha um resultado positivo.

## CONCLUSÃO

Compreender o fenômeno do *bullying* tem sido um trabalho árduo, encarado com muito respeito e empenho por profissionais de diversas áreas do conhecimento, além de contar com o apoio e a participação de setor público e da sociedade civil. Hoje em dia é cada vez mais claro que o *bullying* já se constitui como uma questão de ordem social, mais do que um problema restrito ao contexto escolar; não se tratando apenas de casos de indisciplina ou da perda do referencial da escola enquanto instituição social sólida, mas especialmente da presença e da aceitação de práticas abusivas, perversas.

Sejam quais forem às causas para a ocorrência dos comportamentos relacionados ao *bullying*, e certamente estamos diante de uma situação complexa o bastante para impedir a formulação de uma explicação única e generalizada para todos os casos, o que parece claro é que cada situação necessita ser compreendida a partir de sua própria dinâmica, seguindo uma lógica particular, que exige a aplicação de ações pontuais e específicas. As características gerais relacionadas ao fenômeno devem auxiliar, principalmente, na identificação dos comportamentos relacionados à violência, e na percepção de que medidas específicas devem ser adotadas para combater essas práticas.

A partir do momento em que a escola é palco de violência, cabe à instituição um papel ativo no combate e no controle da situação, já que o desenvolvimento de comportamentos de *bullying* pode ocorrer por omissão ou a partir da negação da sua existência. A ação enérgica e conjunta de toda a comunidade escolar (incluindo alunos, professores, direção, funcionários, pais e as famílias) deve buscar prevenir e solucionar as questões que possibilitam e criam condições apropriadas para o desenvolvimento de comportamentos violentos, ligados a outros problemas sociais, tais como a intolerância, o preconceito e a discriminação.

Quando é trazido ao conhecimento desses agentes situações de violência e de *bullying* é ainda comum que a primeira reação seja a de minimizar o ocorrido, em uma tentativa de contemporar, na expectativa (ou mesmo na esperança) de que não seja tão grave assim. Como apontam algumas pesquisas, essa atitude

contribui para a perda de confiança e segurança que o jovem tem (ou tinha) nestas figuras de autoridade, tendo de tentar solucionar, a seu modo, o problema.

Portanto, o reconhecimento e a aceitação da existência da violência e do fenómeno *bullying* nas escolas é essencial para que propostas de resolução sejam postas efetivamente em prática. Ignorar o problema ou tentar desqualificá-lo impede a adesão de grande parte do grupo, especialmente das vítimas desses comportamentos. Faz-se necessário que o ambiente lhes transmita segurança e conforto, para que se integrem nas atividades.

## REFERÊNCIAS

AMORETI, R (org.). **Psicanálise e Violência: Metapsicologia – clínica – cultura.** 1. ed. Petrópolis: Vozes, 1992. 152p.

ABRAMOVAY, M; RUA, M. **Violências nas escolas.** Brasília: Unesco, 2000.

ANTUNES, D; ZUIN, A. **Do Bullying ao preconceito: Os desafios da barbárie à educação.** Psicologia & Sociedade, v. 20, n. 1, 2008.

ÁLVARO, J; GARRIDO, A. **Psicologia Social: perspectivas psicológicas e sociológicas.** São Paulo: McGraw-Hill, 2006.

ARANHA, M. L. A. **História da Educação.** 2ª ed. São Paulo: Moderna, 2002.

BARROS, F. M. **As sanções do ECA em face do Direito Penal.** Disponível em:

**<[http://www.cursofmb.com.br/cursofmb/Forms/Institucional/Downloads/Artigos/FMB\\_Artigo0050.pdf](http://www.cursofmb.com.br/cursofmb/Forms/Institucional/Downloads/Artigos/FMB_Artigo0050.pdf)>.** Acesso em: 26 out. 2011.

BEAUDOIN, M.N; TAYLOR, M. **Bullying e Desrespeito: como acabar com essa cultura na escola.** Porto Alegre: Artmed, 2006.

BOFF, L. **Saber cuidar: ética do humano – compaixão pela terra.** Petrópolis: Vozes, 1999.

BRASIL. **Ministério da Educação e do Desporto.** Secretaria de Educação Fundamental. Referencial curricular nacional para a educação infantil. Brasília, MEC/SEF, 1997.

CIDADE, S. P. A. **Bullying Escolar: Uma realidade ainda desconhecida.** Centro Universitário do Distrito Federal. Trabalho de Conclusão de Curso. Brasília, 2008.

CHIORLIN, M. **A influência do bullying no processo de ensino-aprendizagem.** São Paulo: Editora da Universidade Federal de São Carlos, 2007.

CONSTANTINE, A. **Bullying: como combatê-lo? Prevenir e enfrentar a violência entre jovens.** São Paulo: Itália Nova, 2004.

CRAIG, W. M; HAREL, Y. **Bullying, physical fighting and victimization.** In: CURRIE, C; ROBERTS, C; MORGAN, A; SMITH, R; SETTERTOBULTE, W; SAMDAL, O; et al. (ed.). Young people's health in context. Health Behavior in School-aged Children (HBSC) study: international report from the 2001/2002



survey. Health Policy for Children and Adolescents; N° 4. World Health Organization. 2004. p. 133-144.

DEBARBIEUX, E; BLAYA, C (Orgs.), **Violência nas escolas e políticas públicas.** Brasília: Unesco, 2002.

FANTE, C. **Fenômeno bullying: como prevenir a violência nas escolas e educar para a paz.** Campinas: Versus, 2005.

FANTE, C.; PEDRA, J. **Bullying escolar: perguntas e respostas.** Porto Alegre: Artmed, 2008.

GALINKIN, A.; ALMEIDA, A. **Representações sociais da violência entre adolescentes e professores de classe média.** In: CASTRO, L; CORREA, J. Juventude contemporânea: Perspectivas internacionais em saúde, educação e cidadania. Rio de Janeiro: Nau, 2005.

GOMES, M. M. **O bullying e a responsabilidade civil do estabelecimento de ensino privado.** Disponível em: <<http://jus.com.br/revista/texto/18907>>. Acesso em: 5 nov. 2011.

GRINSPUN, M. P. S. **A orientação Educacional: conflitos, paradigmas e alternativas para a escola.** 2. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

GUIMARÃES, L.; RIMOLI, A. **“Mobbing” (assédio psicológico) no trabalho: uma síndrome psicossocial multidimensional.** Psicologia: Teoria e Pesquisa, v. 22, n. 2, 2006.

LIMA, T. M. M. **Na educação e formação escolar dos filhos: o dever dos pais de indenizar o filho prejudicado.** Disponível em: <[http://www.fmd.pucminas.br/Virtuajus/ano2\\_2/Palestra-IBDFAM-2003.pdf](http://www.fmd.pucminas.br/Virtuajus/ano2_2/Palestra-IBDFAM-2003.pdf)>. Acesso em: 25 out. 2011.

LOPES NETO, A. **Bullying: Comportamento agressivo entre estudantes.** Jornal de Pediatria, v. 81, n. 5, 2005.

MACHIDA, E. **O Ensino Religioso e as estratégias de prevenção e intervenção diante do fenômeno.** (Monografia de Especialização). São Leopoldo: Escola Superior de Teologia. 2005.

NETO A. A; Saavedra L. H. **Diga NÃO para o Bullying.** Rio de Janeiro: Abrapi, 2004.

OLIVEIRA, D. A.; DUARTE, M. R. T. **Política e trabalho na escola.** Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

PEREIRA, M. A. P. **As sanções do ECA em face do Direito Penal. Curso preparatório FMB.** Disponível em:

<[http://www.cursofmb.com.br/cursofmb/Forms/Institucional/Downloads/Artigos/FMB\\_Artigo0050.pdf](http://www.cursofmb.com.br/cursofmb/Forms/Institucional/Downloads/Artigos/FMB_Artigo0050.pdf)>. Acesso em: 26 out. 2011.

ROSS, A. O. **Distúrbios Psicológicos na Infância: uma abordagem comportamental à teoria, pesquisa e terapêutica.** 1. ed. São Paulo: McGraw-Hill, 1979.

SALVADOR, J. **Assédio Moral no Trabalho: tutela jurídica do trabalhador.** Dissertação de Mestrado. 2005. Pontifícia Universidade Católica do Paraná.

SILVA, A. B. B. **Bullying: mentes perigosas nas escolas.** Rio de Janeiro: Objetiva, 2010.

SILVA FILHO, F. A. O. **O Temor do outro: estabelecidos e pós-estabelecidos em Abaetetuba/Pará.** Dissertação de Mestrado. 2005. Universidade Federal do Pará. Disponível em: <[http://www.ufpa.br/bc/portal/DTC/Sociologia/Sociologia\\_2004/SILVA\\_FILHO.htm](http://www.ufpa.br/bc/portal/DTC/Sociologia/Sociologia_2004/SILVA_FILHO.htm)>. Acesso em: 02 jun. 2011.

SMITH, P. **Intimidação por colegas e maneiras de evitá-la.** In: DEBARBIEUX, E; BLAYA, C (Orgs.). *Violência nas escolas e políticas públicas.* Brasília: Unesco, 2002.

TIBA, I. **Disciplina, limite na medida certa.** São Paulo: Gente, 2001.

TIERNO, B. **Ajudar os filhos em seus problemas.** 1. ed. São Paulo: Paulinas, 1996.

VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente.** São Paulo: Martins Fontes, 2001.